

■ OPINIÃO

EDITORIAL

Alvorada, um projeto de mudança

A ênfase posta em torno dos problemas econômicos não está se repetindo na área de ação social — o governo brasileiro foi signatário, em 1995, do Compromisso de Copenhague que previa redução à metade da miséria mundial até 2015.

Considerado o principal projeto social do governo, o Alvorada é uma experiência inovadora que deveria continuar, seja qual for o próximo presidente, porque reúne o que há de melhor em tecnologia de gestão em programas de inclusão social. Além da estrutura integrada de políticas de combate à miséria, com força em saúde, educação e geração de renda, é conquista da sociedade que merece, e deve, ser continuada e aperfeiçoada.

Como destacou o professor Marcelo Neri, chefe do centro de políticas sociais da Fundação Getúlio Vargas, em artigo na revista *Conjuntura Econômica* deste mês de agosto, “assim como falamos em aprofundar as conquistas do real, deveríamos discutir quais seriam os ‘upgrades’ desejados no Projeto Alvorada”.

Embora no âmbito do Alvorada estejam as mais destacadas ações sociais do governo federal, ninguém comenta, fala ou se responsabiliza pela sua continuidade no novo governo que sairá das próximas eleições.

O Projeto Alvorada racionaliza a distribuição de verbas para as áreas de saneamento, saúde e educação voltadas para as comunidades carentes dentro do programa de combate à pobreza. A primeira medida do governo para a elaboração do Alvorada foi levantar, nos diversos ministérios, os projetos já em andamento e que teriam impacto nos indicadores que formam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) utilizado para medir o estágio social das populações. Para determinar o IDH leva-se em conta a renda, a expectativa de vida ao nascer e a escolarização. Os projetos escolhidos receberam refor-

ço financeiro e passaram a contar com gerência própria.

Para o lançamento do Alvorada em 28 de julho de 2000 foi feito um levantamento das regiões de maior carência social do Brasil. Numa primeira fase foram selecionados 14 estados da Federação com IDH abaixo da média nacional. Nesses estados estão situados 1.962 municípios com índices muito baixos, alguns até semelhantes aos dos países mais pobres do planeta.

Numa segunda etapa foram identificados, em nove estados com IDH acima da média nacional, 390 municípios com baixo desenvolvimento. A extensão do projeto a esses municípios foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 14 de setembro de 2000. O Alvorada atinge, portanto, 23 estados com 17 programas sociais, entre eles bolsa-escola, erradicação do trabalho infantil, água potável na escola, redu-

ção da mortalidade infantil, bolsa-alimentação, agentes comunitários de saúde. No caso de programas voltados para toda a população, as áreas no âmbito do Projeto Alvorada têm tratamento prioritário.

Uma crítica que se faz ao Alvorada é o critério geográfico de atendimento. Reconhecemos que isso se fez necessário para a implantação de projeto tão complexo. Mas pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza precisam morar em municípios com baixo IDH para serem atendidas. Caso contrário ficam fora dos programas. Para essas deveria existir uma forma de acesso ao Alvorada, dentro da intenção de universalizar o projeto.

Pode-se criticar também a praticamente inexistente divulgação do programa, que é desconhecido até por muitos formadores de opinião. Como observa o professor Marcelo Neri, um projeto de redução da pobreza deveria ter sido divulgado de forma maciça, convocando-se a população a dar sua participação no programa, e não ser lançado timidamente.

O próprio início da primeira fase do projeto teve esse problema de fraca divulgação. O presidente da República convocou os governadores dos 14 estados selecionados e apresentou-lhes o plano (que não se chamava Alvorada mas IDH14), como se a erradicação da pobreza fosse de interesse regional e não uma proposta de interesse nacional.

Se o comportamento adotado foi para evitar a interpretação de estar o governo adotando uma linha populista, cometeu-se um equívoco, pois o tempo mostraria o caráter altamente técnico do programa, com gerenciamento intensivo e o envolvimento dos ministérios, tendo como executores, na maioria das vezes, as prefeituras.

Essa maneira de agir, se dificulta o conhecimento do Projeto Alvorada, não diminui em nada a sua importância. Agora é preciso exigir dos candidatos um pronunciamento sobre sua manutenção, pois um projeto dessa envergadura não pode ser paralisado.

Nem o governo federal nem os candidatos à Presidência da República estão dando atenção nos projetos sociais em andamento